



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000194901

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0007327-56.2011.8.26.0019, da Comarca de Americana, em que são apelantes PREFEITURA DE AMERICANA e FUSAME - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AMERICANA, são apelados EMPRESA EDITORA O LIBERAL LTDA e ANDERSON BARBOSA.

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram, com determinação. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RENATO DELBIANCO (Presidente) e LUCIANA BRESCIANI.

São Paulo, 1 de abril de 2014

CLAUDIO AUGUSTO PEDRASSI

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Voto nº 7545

Apelação com revisão nº 0007327-56.2011.8.26.0019

Apelantes: Prefeitura Municipal de Americana e outro

Apelados: Empresa Editora O Liberal Ltda. e outro

Vara de origem: 4ª Vara Cível da Comarca de Americana

COMPETÊNCIA. Ato ilícito. Reparação de danos morais. Responsabilidade civil extracontratual, por ato ilícito supostamente praticado por particular. Competência de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado – 1ª a 10ª Câmaras, por força do art. 5º, inc. I da Resolução nº 623/2013. Recurso não conhecido, com determinação.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto pela Prefeitura Municipal de Americana e outro contra a r. sentença que julgou improcedente esta ação de indenização por danos morais.

Recorrem os apelantes, requerendo a inversão do julgado.

Contrarrrazões às fls. 196/233.

É o relatório.

1. Trata-se de ação de reparação de danos morais ajuizada pela Prefeitura Municipal de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Americana e por FUSAME – Fundação de Saúde do Município de Americana contra Empresa Editora O Liberal Ltda. e Anderson Barbosa, pela matéria jornalística publicada que imputa aos autores a culpa pela morte de um paciente no hospital municipal.

Julgada improcedente a ação, insurgem-se os apelantes.

2. Na espécie, a questão envolvida nestes autos envolve **responsabilidade civil extracontratual, decorrente de ato ilícito supostamente praticado pelo particular**.

O Município e a fundação são **autores** na demanda e não réus, sendo relevante destacar que não houve pedido contraposto.

A demanda não envolve responsabilidade civil do Estado.

3. Segundo o art. 5º, inc. I, da Resolução nº 623/2013:

Art. 5º. A Seção de Direito Privado, formada por 19 (dezenove) Grupos, numerados ordinalmente, cada um deles integrado por 2 (duas) Câmaras, em ordem sucessiva, é constituída por 38 (trinta e oito) Câmaras, também numeradas ordinalmente, e subdividida em 3 (três) Subseções, assim distribuídas:

I – Primeira Subseção, composta pelas 1ª a 10ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento das seguintes matérias:

...

I.29 - Ações de responsabilidade civil extracontratual, salvo a do Estado”.

Note-se que a causa de pedir da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

ação versa sobre matéria de direito privado, em que os autores invocam a responsabilidade extracontratual do jornal e do jornalista que publicaram matéria que atinge a honra e a imagem pública dos apelantes.

Por sua vez, o presente caso **não trata de responsabilidade objetiva do Estado**, bem como de qualquer outra matéria afeta ao direito público, mas sim de responsabilidade civil comum, cujas normas estão dispostas no Código Civil.

Assim já decidiu o C. Órgão Especial em demanda similar:

"DÚVIDA DE COMPETÊNCIA – Ação indenizatória por danos morais – Polo passivo composto por sociedade de economia mista (PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.) e pessoas jurídicas de direito privado, sendo uma delas concessionária de serviço público (DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A.) – Competência da suscitante para conhecer e julgar o recurso, segundo aferição emanada da 'causa petendi' e pelo pedido exposto na inicial – Jurisprudência consolidada no Órgão Especial. Dúvida procedente" (Dúvida de Competência nº 133.435-0/0, rel. Des. Munhoz Soares) " .

No mesmo sentido, seguem decisões deste E. Tribunal de Justiça:

Relator(a): Leme de Campos
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Público
Data do julgamento: 22/10/2007
Data de registro: 06/11/2007
Outros números: 5819665400, 994.06.085217-3
Ementa: Responsabilidade civil - **Ação de indenização ajuizada pelo DERSA, visando a reparação dos danos materiais decorrentes de acidente de trânsito** - Competência da E. Seção de Direito Privado - Resolução nº 194/2004 - Remessa determinada

Apelação Com Revisão / Responsabilidade Civil



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Relator(a): Décio Notarangeli
Comarca: São Paulo
Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público
Data do julgamento: 14/05/2008
Data de registro: 21/05/2008
Outros números: 7663545000, 994.08.206953-6
Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL - **Ato ilícito**. Para efeito de partilha da atividade jurisdicional das Seções Cíveis do Tribunal de Justiça a **competência se firmará pelos termos do pedido inicial**. Não se insere na competência da Seção de Direito Público o conhecimento de **recurso tirado de ação indenizatória fundada em responsabilidade civil extracontratual** proposta por particular contra sociedade de economia mista. Jurisprudência consolidada no Órgão Especial. Precedentes. Declinação da competência. Recurso não conhecido, com suscitação de dúvida de competência perante o E. Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Com efeito, a natureza do feito não abarca assunto de competência da Seção de Direito Público, pois a matéria versada (indenização por responsabilidade extracontratual, por ato ilícito, supostamente praticado por particular), causa de pedir e pedido, desta ação ordinária, traduzem caráter privado.

Em outras palavras, a competência do órgão jurisdicional, seja originária ou recursal, é aferida *"invariavelmente pela natureza do processo concretamente instaurado e pelos elementos da demanda proposta, in statu assertionis"* (cfr. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, v. I, 4a ed., São Paulo, 2004, pp. 421-422).

Consequentemente, a definição do órgão jurisdicional competente deve ser realizada **à luz dos elementos da petição inicial** (cfr. art. 100, do RITJSP; v. tb. Conflito de Competência nº 100.589-RS, STJ, 3a Seção, Rei. Min. Jorge Mussi, j. 23.9.09, in DJe de 30.9.09, v.u.; Conflito de Competência nº 90.673-SP, STJ, 1a Seção, Rei. Min. Castro Meira, j. 27.5.09, in



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

DJe de 10.6.09, v.u.; Conflito de Competência nº 98.704-RJ, STJ, 2ª Seção, Rei. Min. Aldir Passarinho Júnior, j. 11.2.09, in DJe de 4.3.09, v.u.).

Em suma, a presente demanda é de competência de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado — 1ª a 10ª Câmaras, por força do art. 5º, inc. I, da Resolução nº 623/2013.

Isto posto, **não conheço o recurso, e declino a competência**, com a remessa do processo às 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Cláudio Augusto Pedrassi

Relator